

ARTIGO

Recebido em:
08/12/2012

Aceito em:
08/04/2013

Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 18, n. 37, p. 83-102, mai./ago., 2013. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2013v18n37p83

O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências *The teaching of archival science in Brazil: phases and influences*

Gabrielle Francinne de Souza Carvalho TANUS¹
Carlos Alberto Ávila ARAÚJO²

RESUMO

O campo científico da Arquivologia apresentou, nos últimos anos, um significativo crescimento de cursos em todo o país. Assim, esta revisão de literatura tem como objetivo abordar a trajetória histórica do Ensino da Arquivologia, com ênfase no delineamento das influências e das fases de seu ensino, desde a implantação do primeiro curso até os dias atuais. Esta nova fase em que se encontra o Ensino da Arquivologia, denominada fase acadêmico-institucional, provém da diversidade de locais (Departamentos/Escolas/Institutos) onde os Cursos de Arquivologia estão abrigados e também pela proximidade a outros cursos de graduação, sobretudo de Biblioteconomia e Museologia, e em Ciência da Informação. Acredita-se, portanto, que a construção da história do ensino desse campo possibilita discussões mais fecundas tanto para o seu campo epistemológico quanto para o campo curricular.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivologia. Campo científico. Ensino. História.

ABSTRACT

The scientific field of Archival Science presented a significant increase of the courses in the country in the last years. Thus, this literature review aims to rescue the historical trajectory of the Archival Science education, with an emphasis on design influences and on the phases of its teaching, since the implementation of the first course until nowadays. This new phase of Archival Science education, which is called academic-institutional phase, comes from the diversity of places (Departments / Schools / Institutes) where the Archival Science courses are housed and also the proximity to other graduation programs, particularly on Library Science



v. 18, n. 37, 2013.
p. 83-102
ISSN 1518-2924

¹ Universidade Federal de Minas Gerais - gfrancinne@gmail.com

² Universidade Federal de Minas Gerais - casalavila@yahoo.com.br



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

and Museum Studies, and Information Science. It is believed, therefore, that the construction of this education field history enables more fruitful discussions for both its epistemological field and the curricular field.

KEYWORDS: Archival Science. Scientific field. Education. History.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória das práticas e do saber arquivístico no Brasil não é recente, haja vista a criação do Arquivo Nacional, em 1838, denominado, naquela época, de Arquivo Público do Império, conforme previsto na Constituição de 1824. No tocante à origem do Arquivo Nacional, salienta-se que essa instituição está atrelada a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, que aportou, em 1808, em sua colônia por conta das guerras napoleônicas. A chegada da Família, parte da corte e de seus pertences: documentos, mapas, moedas, estampas, manuscritos, livros, objetos de arte, entre outros, distribuídos em vários navios, apressou o processo de constituição dos espaços nacionais, como Arquivo, Biblioteca e Museu, os quais seriam responsáveis pela organização, armazenamento e preservação dos documentos oficiais. Devido ao crescimento desses acervos, das atividades e demandas geradas nestas instituições, fez-se necessária a formação de profissionais habilitados para o trabalho, tais necessidades constituíram um ponto comum entre elas.

No entanto, apesar deste importante marco para o campo da Arquivologia – a constituição do Arquivo – o ensino regular para a formação do profissional arquivista foi estabelecido apenas na segunda metade do século XX. Considera-se, assim como Marques (2007), o Curso Permanente de Arquivos, criado em 1960, o primeiro curso de Arquivologia no país, porque anterior a essa data os profissionais do Arquivo Nacional e de outros arquivos contavam com cursos de formações esporádicas, promovidos pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ), pelo Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (IDORT/SP), pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), este criado em 1938, com a finalidade de equipar o Estado com racionalidade administrativa e modernizar a burocracia, estabelecendo avaliação na capacidade do recrutamento do

funcionalismo e uma valorização da função dos arquivos na administração pública. Assim, destaca-se o papel desses cursos na construção de parâmetros de organização dos documentos em diversos arquivos, em todo o território nacional, inclusive na importação do modelo norte-americano que irá privilegiar a gestão de documentos.

O Arquivo Público Nacional, sob essa denominação desde 1893, passou a ser nomeado de Arquivo Nacional, com a publicação do Decreto 9.917, de 9 de fevereiro de 1911, que instituiu também neste ano o curso de Diplomática, o qual visava à capacitação de seus funcionários. Contudo, esse curso é finalizado definitivamente, em 1922, com a publicação da criação de um curso técnico com duração de dois anos e comum às instituições nacionais, Arquivo, Biblioteca e Museu Histórico Nacional. Tal curso, por sua vez, não chegou a entrar em funcionamento por diversas razões administrativas. Desse modo, a criação do Curso Permanente de Arquivo, do Arquivo Nacional, amparou-se nas necessidades da instituição e do cumprimento de sua missão, bem como pela promoção e ocupação dos cargos por profissionais especializados. Assim, constata-se que a trajetória do curso de Arquivologia está imbricada com a própria história do Arquivo Nacional, o qual é inicialmente marcado pela influência francesa (ESTEVÃO; FONSECA, 2010).

Além da criação do Curso Permanente de Arquivo, durante a direção de José Honório Rodrigues, incumbido de modernizar o Arquivo Nacional, foi convidado o arquivista norte-americano Theodore Roosevelt Schellenberg, que elaborou um texto sobre os problemas arquivísticos do governo brasileiro, demonstrando a importância dos arquivos públicos como lugar de memória nacional. A vinda de estrangeiros ao Arquivo Nacional além de dinamizar as práticas arquivísticas marca uma abertura da instituição a novas influências e conhecimentos teóricos desenvolvidos em outros países. A transferência desse curso para o espaço universitário inauguraria a mudança de um local de memória para um local dedicado ao ensino, pesquisa e extensão, ocasionando uma mudança na produção da área, que passou de um empirismo para projetos de pesquisas inseridos inclusive em programas de pós-graduação, com propostas metodológicas e discussões conceituais, e envolvidos em

financiamentos de agências de fomento (SOUZA, 2009). Assim, é possível dizer que com essa mudança o ensino da Arquivologia passou a ser marcado por outra importante fase em sua história.

Posto isto, esta revisão de literatura tem como objetivo abordar a trajetória histórica do ensino da Arquivologia, com a intenção de demonstrar as influências e as fases pelas quais o ensino passou e está passando, lançando, dessa forma, a fase “acadêmico-institucional”, em decorrência da vinculação dos cursos em diversos departamentos, escolas e institutos, e também pela proximidade, dentro de uma mesma instituição de ensino superior, a outros cursos, como os de Biblioteconomia e os de Museologia. Enfim, acredita-se que a retomada da trajetória do ensino da Arquivologia aliada às reflexões sobre seu passado, ou melhor, sobre a sua história, possibilitará discussões mais fecundas em torno do campo epistemológico e do campo curricular dessa área de conhecimento.

2 PRIMEIRAS INFLUÊNCIAS: PREDOMÍNIO FRANCÊS

Segundo Estevão e Fonseca (2010), desde a criação do Arquivo Nacional, em 1838, pode-se falar em influências e contribuições francesas. Esses autores apresentam que, inicialmente, no Arquivo eram utilizadas técnicas francesas como argumento de autoridade, para as ações implementadas naquele espaço. Ademais, “os membros da burocracia brasileira da época, de modo geral, tinham formação e cultura europeia, e a França constituía-se na principal referência da intelectualidade” (ESTEVÃO; FONSECA, 2010, p. 84). Destaca-se que, dentre as contribuições teóricas da Arquivologia francesa, a mais significativa é o “princípio da proveniência” ou como também é conhecido “princípio do respeito aos fundos”, desenvolvido pelo historiador e arquivista francês Natalis de Wailly, em 1841, na ocasião chefe dos arquivos departamentais do Ministério do Interior. Este princípio, ao contrário das classificações sistemáticas por assuntos, estabelecia a organização dos arquivos segundo a proveniência dos documentos, dando origem, então, a noção de “fundos”, os quais não poderiam ser misturados com documentos de outros fundos. Tal princípio é seguido pelos

arquivos, até os dias de hoje, e ensinado nos cursos de Arquivologia como princípio básico e distintivo da área.

Contudo, diferente do cenário francês, que inaugurou seu Arquivo Nacional, em 1790, e abrigou o primeiro curso de formação de arquivistas-paleógrafos, desde 1821, na *École des Chartes*, uns dos cursos mais antigos do mundo³, o Arquivo Nacional do Brasil, apresentou desde a sua fundação até a criação de um curso de formação uma distância de 73 anos. Esse cenário do ensino mudou por meio do Decreto nº 9.197, de 9 de dezembro de 1911, que implantou o curso de Diplomática, com um ano de duração, e composto das seguintes matérias: paleografia com exercícios práticos, cronologia e crítica histórica, tecnologia diplomática e regras de classificação. Esse curso teve suas atividades encerradas definitivamente, em 1922, por conta do Decreto nº 15.596, de 2 agosto, que previa a criação de um Curso Técnico de dois anos, comum ao Museu Histórico Nacional, à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional e cujo objetivo principal era formar oficiais para o Museu e amanuenses para o Arquivo e a Biblioteca Nacional.

Só que esse curso comum às instituições não entrou em funcionamento por diversos motivos, acarretando, novamente, a ausência de um curso no campo científico da Arquivologia no cenário brasileiro. Por outro lado, o desejo de concretizar o ensino da Arquivologia esteve presente ao longo da direção de João Alcides Bezerra Cavalcante (1922-1938), que por diversas dificuldades também não se efetivou. Na gestão seguinte, do diretor Eugênio Vilhena de Moraes (1938-1958), esse desejo fora relegado por mais de vinte anos, porque havia, por parte desse diretor, a equivalência do arquivista ao cargo de escriturário ou datilógrafo (MAIA, 2005). Todavia, esse cenário de desprestígio frente ao ensino e ao arquivista muda quando, em 1958, assume o diretor José Honório Rodrigues (1958-1964), o qual se detém na formação do ensino da Arquivologia, para as questões arquivísticas e para a instituição do Arquivo Nacional (ESTEVÃO; FONSECA, 2010).

³Matos aponta que a primeira escola criada data de 1811, a *Scuola di archivistica* (Itália/Nápoles), dez anos depois, em 1821, duas escolas são fundadas para difundir essa corrente de pensamento, a *École des Chartes* (França/Paris) e a *Bayerische Archivschule* (Alemanha/Munique).

Segundo Soares (1987) no primeiro relatório “Situação do Arquivo Nacional”, de 1959, José Honório Rodrigues relata que o Arquivo encontrava-se em estado deplorável, sem controle de acervos e sem quadro técnico capaz de atender a qualquer propósito de modernização, o que levou a pensar sobre os projetos administrativos e a formação de pessoal capaz de enfrentar os novos desafios que viriam pela frente. “Em outras palavras: fundar uma arquivística científica com base científica, em consonância com os avanços tecnológicos já observados em centros internacionais mais evoluídos” (SOARES, 1987, p. 7).

Em relação a essa ausência de cursos de Arquivologia, Marques (2007) aponta que essa situação na principal instituição pública de custódia de documentos incita o diretor José Honório Rodrigues a enviar uma carta à embaixada francesa solicitando a colaboração de um arquivista francês. Com a chegada, em 1959, de Henri Baullier de Branche, diretor dos Arquivos de Sarthe, em Le Mans, França, ele passa a compor, neste mesmo ano, no Arquivo Nacional, o quadro de professores para o curso de aperfeiçoamento e treinamento dos funcionários do Arquivo. No ano seguinte, além da oferta de um treinamento intensivo, no primeiro semestre, entra em funcionamento o Curso Permanente de Arquivos, o primeiro curso no campo da Arquivologia do país, constituindo, portanto, o modelo francês como o primeiro referencial teórico na formação dos arquivistas (BOTTINO, 1994).

3 CURSO PERMANENTE DE ARQUIVOS: VÁRIAS INFLUÊNCIAS

Se o Arquivo Nacional fora influenciado pelo modelo francês, de modo semelhante, o curso de Arquivologia sofrera essa influência. Por outro lado, os Estados Unidos, devido ao fortalecimento tecnológico e econômico, passa a constituir uma outra influência concorrente, percebida no Brasil em diversos campos, tais como a cultura, economia, modelos de administração, entre outros. O diretor José Honório Rodrigues, o mesmo que havia convidado o arquivista francês, convidou o arquivista norte-americano Theodore Roosevelt Schellenberg, vinculado à American University, de Washington, para modernizar o Arquivo Nacional, o que configura durante a sua gestão a presença

de duas influências distintas. Schellenberg, considerado o “pai da Arquivologia Americana” (FONSECA, 2005), realizou, durante a sua estada, um importante estudo sobre a situação arquivística brasileira. Além desse estudo, Schellenberg realizou, no Arquivo Nacional, conferências e cedeu os direitos autorais de suas obras para tradução, são elas, “Manual de Arquivos”; “Documentos públicos e privados: arranjo e descrição” e “Arquivos Modernos: princípios e técnicas”. Essas obras foram utilizadas no Curso Permanente de Arquivos, e reforçam a influência norte-americana (pragmática, técnica) no ensino da Arquivologia, juntamente com a influência francesa (historicista, erudita).

Além destes eventos que marcaram as influências francesa e norte-americana, a aprendizagem de outros idiomas e a realização de seminários, congressos, reuniões, entre outros, possibilitou, por conseguinte, a entrada de outras influências como a espanhola, portuguesa, inglesa e canadense. Outras oportunidades também surgiram, como os estágios e visitas técnicas em países estrangeiros, conduzindo, assim, novos conhecimentos, conceitos e procedimentos, o que configura o modo brasileiro de ser do arquivo (ESTEVÃO; FONSECA, 2010). Portanto, acredita-se que as influências estrangeiras, com o passar do tempo, encontram-se diluídas nas diversas contribuições recebidas, não podendo dizer que houve apenas influências francesas ou norte-americanas, pois, além dessas influências, conviviam outros modelos, os quais, ainda foram assimilados de maneira particular aos moldes da necessidade brasileira, o que Michel Cook denominou de modelo terceiro-mundista.

4 UMA SEGUNDA FASE DO CURSO PERMANENTE DE ARQUIVOS

Passadas duas gestões desde a direção de José Honório Rodrigues, gestão esta imprescindível para o ensino e o campo da Arquivologia, o novo diretor do Arquivo Nacional, Raul do Rego Lima (1969-1980), esforçou-se em manter o curso em funcionamento, inclusive para elevá-lo ao nível universitário, e também para manter a vinda de estrangeiros ao Arquivo Nacional. Destarte, durante a sua gestão ocorreu à chegada, em 1978, do renomado arquivista francês Michel Duchein, que visitou arquivos públicos, municipais, estaduais,

federais, privados, dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal (LOPES, 2009). Em relação as essas visitas, destaca-se que elas “sempre foram importantes para a interlocução com técnicos estrangeiros sobre as atividades desenvolvidas pelos arquivos, e às vezes, para obter mais argumentos e reunir energias para negociação com as autoridades superiores” (ESTEVÃO; FONSECA, 2010, p. 102).

Assim, tanto a instituição do Arquivo Nacional quanto o ensino da Arquivologia, já com uma maior visibilidade, recebeu, na década de 1970, outros novos impulsos, como o primeiro periódico arquivístico nacional, o Mensário do Arquivo Nacional, de 1970, a autorização para a criação de cursos em nível superior, pelo Conselho Federal da Educação (CFE), e a realização do I Congresso Brasileiro de Arquivologia, ambos em 1972. Neste mesmo ano é publicado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), o periódico Arquivo & Administração, que continua sendo um dos importantes veículos de divulgação do pensamento arquivístico do país e do exterior, por meio de publicações de artigos originais e de importantes traduções (FONSECA, 2005).

No ano seguinte, em 1973, o Curso Permanente de Arquivos, em convênio com a antiga Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), passa a funcionar com mandato universitário, entretanto, o curso continuou sendo ministrado no Arquivo Nacional, sendo transferido, de fato, em 1977, para um espaço universitário, a antiga Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Além desses acontecimentos marcantes para o campo e para o ensino da Arquivologia, houve também, graças aos esforços da Associação dos Arquivistas Brasileiros, criada em 1971, a regulamentação do profissional Arquivista, pelo Decreto nº 6.546, de 4 de julho de 1978, e quatro anos antes, em 1974, é fixado por meio da Resolução nº 28 de 13 de maio, pelo Conselho Federal da Educação, o primeiro currículo mínimo da Arquivologia, que também contou com o apoio efetivo da AAB. Este currículo era composto das seguintes disciplinas: Introdução ao estudo da história; Noções de Contabilidade; Noções de Estatística; Arquivo I – IV; Documentação; Introdução a Administração; História

Administrativa, Econômica e Social do Brasil; Paleografia e Diplomática; Introdução à Comunicação; Notariado e uma língua estrangeira moderna. Essa resolução do CFE fixou ainda um mínimo de 2.160 horas-aula, distribuídas entre três e cinco anos, incluindo a proposta de Estudo de problemas brasileiros, Educação física e estágio supervisionado em instituição especializada, correspondendo a 10% do total das horas previstas, sendo facultada também aos cursos a criação de habilitações específicas como: Arquivos históricos, Oficiais, Empresariais, Escolares, Científicos, etc (JARDIM, 1999).

Em suma, o somatório de eventos ocorridos ao longo da década de 1970 conduziram a emergência e a configuração científica da Arquivologia (MARQUES, 2012). Igualmente, para Santos (2010), esses anos assinalaram uma preocupação com os arquivos e com a formação dos arquivistas. Para o autor, esses acontecimentos relacionam-se, de modo estreito, com o momento ditatorial de um estado centralizador comandado pelos militares, os quais atribuem particular importância às instituições dos arquivos.

5 NOVOS CURSOS UNIVERSITÁRIOS DE ARQUIVOLOGIA

Esses acontecimentos decisivos para a consolidação da Arquivologia no país estimularam a criação de mais dois cursos universitários, um na Universidade Federal de Santa Maria, em 1977 e outro na Universidade Federal Fluminense, em 1978. Desse modo, passada a fase de tentativa de consolidação do campo e de seu ensino (década de 1960), os anos de 1970 marcaram efetivamente a consolidação do campo e do ensino da Arquivologia no país.

Nos anos de 1980 não foram criados cursos de graduação em Arquivologia – o que poderia levar a se pensar em designar esse período como fase de estagnação da graduação. Contudo, foram criados cursos de pós-graduação, na modalidade *lato sensu*, em diversas universidades, entre elas: UNIRIO, UFF, USP, UFSC e UFBA (BOTTINO, 1994). Para Jardim (1999), os cursos de pós-graduação sinalizam o interesse das instituições de ensino superior, mas também as dificuldades em estabelecer cursos de graduação,

principalmente em função de questões relacionadas com a capacitação do corpo docente.

Essa década, que não foi perdida para a Arquivologia, representou o fortalecimento da rede nacional de instituições arquivísticas “uma cooperação interinstitucional sem precedentes na história das instituições arquivísticas brasileiras, representada, sobretudo, pelo Fórum de Diretores de Arquivos Estaduais” (FONSECA, 2005, p. 69). Em relação à produção, comunicação e a divulgação do conhecimento arquivístico e áreas correlatas, houve respectivamente no ano de 1985 e 1986, o lançamento dos periódicos semestrais, *ÁGORA – Revista do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina*, e posteriormente, em 2010, em conjunto com o Curso de Arquivologia da UFSC, e do periódico *ACERVO*, editado pelo Arquivo Nacional, ambos em curso até os dias de hoje. Outro importante aspecto a ser destacado, inserido dentro desse contexto, é a presença, pela primeira vez, de arquivistas brasileiros convidados para proferirem palestras no Congresso Internacional de Arquivos, e a ocupação de cargos na secretaria executiva do Conselho, bem como da presidência e vice-presidência da Associação Latino-americana de Arquivistas (FONSECA, 2005).

Ademais, conforme Jardim (1999) iniciaram-se nos anos 1980, os debates em torno da temática da Sociedade da Informação, o que trouxe diversas implicações para a Arquivologia, como as preocupações com as tecnologias de informação, acesso e uso dessa informação. Como fruto desse momento, a Constituição Federal de 1988 incluiu, no 2º parágrafo do Artigo nº 216, a prerrogativa de que “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”. Além disso, os diversos debates, na década seguinte, marcam a implantação da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e prevê a criação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), e “não seria exagero afirmar que essa lei marca e tem papel fundamental na formação, chamando a sociedade à reflexão e à discussão sobre o papel dos arquivos” (MARQUES, 2007, p. 138).

Após a implantação dessa lei, houve um significativo crescimento dos cursos de Arquivologia nas universidades, culminando na consolidação das universidades como espaço político e acadêmico na conformação da área (FONSECA, 2005). Ao lado desse crescimento de cursos e, posteriormente, de egressos, houve um aumento na produção de pesquisas arquivísticas sediada em diversos programas de pós-graduação, aumento na produção científica publicada em periódicos, e aumento na qualificação do corpo docente dos cursos de Arquivologia (FONSECA, 2005). Santos (2010) acrescenta também que essa lei dos arquivos consagrou no país o conceito de gestão de documentos, desenvolvido pelos arquivistas de Québec, deslocando a concepção dos arquivos históricos, sobretudo, como fontes de pesquisa histórica e aproximando-os da administração e das funções dos arquivos correntes e intermediários.

Acerca dos arquivistas de Québec, Fonseca (2005) aponta que os estudos dos canadenses, desenvolvidos na Universidade de Montreal, são responsáveis pela renovação do pensamento hegemônico anteriormente ligado ao arquivo e ao documento de arquivo. A expressão cunhada por eles “informação arquivística” ou “informação registrada orgânica”, inaugura um novo objeto de estudos para a Arquivologia, a informação, o que marca uma nova influência e fase em seu ensino. Esse deslocamento do objeto de estudo da Arquivologia, do arquivo ou do documento de arquivo, para a informação, promove, ainda, uma aproximação entre este campo científico e o campo da Ciência da Informação, que passa ser refletida nas temáticas de pesquisas, nas produções acadêmicas, nas formações acadêmicas e na cultura informacional dos arquivos, denominada por Silva (2011) de visão informacional dos arquivos. Para esse autor, essa visão ancorada nas novas abordagens arquivísticas, advém do final do século XX, por conta da necessidade de atualização das práticas arquivísticas relacionadas aos discursos anteriores, portanto, a informação torna-se elemento central e recurso estratégico para as instituições arquivísticas, potencializando a interface entre a Arquivologia e a Ciência da Informação (SILVA, 2011).

6 A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO ENTRA EM CENA

No final dos anos de 1990, ocorreu a implantação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que possibilitou uma autonomia no ensino dos cursos de graduação, entre eles a Arquivologia, em razão da flexibilidade concedida às universidades para a montagem dos próprios projetos políticos-pedagógicos e currículos, em proveito de uma formação mais adequada às necessidades da área, dos cursos e dos discentes. Assim, os cursos de Arquivologia em funcionamento, anteriormente ancorados na visão do currículo mínimo como formador de um profissional voltado para o exercício da profissão dentro da Administração Pública e com pouco espaço para reflexão ou pesquisa arquivística, ampliam-se frente a essa nova postura pedagógica, que privilegia o desenvolvimento de competências, habilidades, aperfeiçoamento na formação cultural, técnica e científica (MARIZ, 1999).

Com o lançamento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Conselho Nacional da Educação publica as Diretrizes Curriculares para os cursos superiores. No que tange ao curso de Arquivologia, expresso pelo Parecer nº 492, de 3 de abril de 2001, fica clara uma proximidade em relação às competências e às habilidades profissionais também descritas nas diretrizes dos cursos de Biblioteconomia, as quais convergem para um profissional capaz de interagir, agregar valor, criticar, investigar, propor, planejar, processar e difundir a informação e o documento, e um distanciamento maior com os cursos de Museologia, visto que estes se aproximam mais do trato com os objetos tridimensionais, fruto da cultura material.

Nesse mesmo cenário brasileiro onde vigoram essas Diretrizes, houve, no ano de 2007, o lançamento do Decreto nº 6.096, de 24 de abril, conhecido como REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), que possibilitou a criação de mais seis cursos de Arquivologia, nas seguintes universidades públicas: Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal do Pará

(UFPA). Dado esse crescimento significativo de cursos superiores em Arquivologia e a preocupação com os desafios atuais e futuros do campo, é realizada, em Brasília, em 2010, a I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), que estabeleceu algumas deliberações, recomendações gerais e específicas, além da constituição de uma agenda de reuniões até 2013.

Desse modo, pode-se dizer que a implantação do REUNI colocou o ensino da Arquivologia em uma nova fase, onde além desse crescimento de cursos pode-se notar o impacto da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como lei de acesso à informação no Brasil, por meio das discussões nos cursos de Arquivologia, e nos eventos dedicados a esta temática, como, o XVII Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 18 e 22 de julho, que contou com I Seminário “Políticas e dispositivos de acesso aos arquivos públicos”; os trabalhos apresentados no V Congresso Nacional de Arquivologia, realizado nos dias 1 a 5 de outubro, em Salvador/Bahia; o IV Seminário de Arquivologia: Lei de acesso e novas possibilidades arquivísticas, realizado nos dias 15 a 19 de outubro de 2012, na Universidade Federal de Minas Gerais; e a XXIII Jornada Arquivística da UNIRIO, realizada entre os dias 22 e 24 de outubro, cujos temas contemplados foram o impacto da lei de acesso à informação, a comunicação científica e a avaliação de programas de pós-graduação.

Acredita-se que essa lei de acesso à informação abre caminhos para um maior controle social da informação pelos diversos setores da sociedade, dando-lhe um caráter mais transparente e ativo no conceito de acesso à informação, reforçando, portanto, as atividades de gestão documental previstas na lei anterior (Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991), bem como fortalece o papel dos arquivos como mecanismos democratizantes e portadores de informação histórico-cultural.

7 UMA NOVA CONFIGURAÇÃO ACADÊMICO-INSTITUCIONAL

No momento atual, a Arquivologia parece viver um novo momento em sua dimensão formativa, tanto com a criação de diversos cursos universitários

quanto, ainda, com a aproximação destes em alguns casos, no nível institucional e também científico, com as áreas de Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. Tais conformações diferenciadas têm levado a modelos de ensino diversos, o que, imagina-se, também que levará à formação de perfis profissionais distintos.

Em relação à proximidade acadêmico-institucional, isto é, localização em uma mesma instituição de ensino superior dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, destaca-se que essa configuração pode ser encontrada em sete universidades, a saber: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), destas as quatro primeiras universidades possuem os programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Ciência da Informação. Na UFRGS, embora não haja o programa de pós-graduação em Ciência da Informação, encontra-se o programa de pós-graduação em Comunicação e Informação, o qual está vinculado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, que dependendo do viés (informação, redes sociais, tecnologia, linguagem, culturas da imagem, mediações e representações culturais e políticas) possibilita o desenvolvimento de pesquisas do campo arquivístico neste programa.

A proximidade da Arquivologia com a Biblioteconomia pode ser encontrada em outras sete universidades: Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), sendo que, nestas quatro últimas universidades, encontram-se os cursos de pós-graduação em Ciência da Informação. Finalmente, os outros dois cursos, dentro do universo de 16 cursos de Arquivologia em funcionamento, na modalidade bacharelado e presencial, podem ser encontrados afastados dos outros dois cursos (Biblioteconomia e Museologia) ou mesmo da Ciência da Informação.

Essa situação ocorre na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Além dessa proximidade entre os cursos, dentro de uma mesma instituição de ensino superior, que ocorre com a maioria dos cursos de Arquivologia, sabe-se que mais da metade dos cursos de Arquivologia (UnB, UFBA, UFRGS, UFSC, UFMG, UFPB, FURG, UEL, UNESP, UFSM, UFAM e UFPA) estão localizados em departamentos, institutos ou escolas de Ciência da Informação, Documentação, Informação ou mesmo em departamentos de Biblioteconomia. Essa configuração reflete, de modo geral, uma proximidade da Arquivologia com os campos da Ciência da Informação e da Biblioteconomia. Dos quatro cursos restantes, um deles está abrigado no Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas (UEPB), outro no Instituto de Arte e Comunicação Social (UFF), e apenas dois cursos em espaços próprios da Arquivologia: UNIRIO (Escola de Arquivologia) e UFES (Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Departamento de Arquivologia).

Para uma melhor visualização desta disposição acadêmico-institucional apresenta-se o seguinte quadro, retratando as cinco regiões brasileiras (S – Sul, SE – Sudeste, N – Norte, NE – Nordeste e CO – Centro-oeste):

Sigla	Reg.	Pós	Localização do curso de Arquivologia
UNB	CO	C.I	Faculdade de Ciência da Informação
UFPA	N	/	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Faculdade de Biblioteconomia
UFAM	N	/	Instituto de Ciências Humanas e Letras. Departamento de Biblioteconomia
UFBA	NE	C.I	Instituto de Ciência da Informação
UFPB	NE	C.I	Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciência da Informação
UEPB	NE	/	Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas
UFRGS	S	/	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Departamento de Ciência da Informação
UFSC	S	C.I	Centro de Ciências da Educação. Departamento de Ciência da Informação
FURG	S	/	Instituto de Ciências Humanas e da Informação
UEL	S	C.I	Centro de Educação, Comunicação e Artes. Departamento de Ciência da Informação
UFSM	S	/	Centro de Ciências Sociais e Humanas. Departamento de Documentação
UFMG	SE	C.I	Escola de Ciência da Informação
UNIRIO	SE	/	Centro de Ciências Humanas e Sociais. Escola de Arquivologia
UFES	SE	/	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Departamento de Arquivologia
UFF	SE	C.I	Instituto de Arte e Comunicação Social
UNESP	SE	C.I	Faculdade de Filosofia e Ciências. Departamento de Ciência da Informação

Quadro 1. **Configuração acadêmico-institucional dos cursos de Arquivologia.**

Fonte: elaborado pelos autores.

Sabe-se que essas configurações acadêmico-institucionais não são neutras, elas, de fato, representam uma relação histórica e uma relação de poder-saber e interesses, que se estabelece entre as partes envolvidas. A diversidade de vínculos desses cursos de Arquivologia é algo desejável, desde que sejam respeitadas as suas especificidades. Além disso, acredita-se que esses vínculos diversificados incitam discussões mais verticalizadas dos campos, haja vista a necessidade de que dialoguem de modo mais reto. Outrora, corrobora-se com os dizeres dos arquivistas canadenses Couture e Rousseau (1998, p. 261) de que “seja qual for a orientação tomada, o arquivista tem vantagens em encará-la sempre e em compreendê-la como um compromisso que só é aceitável se lhe assegurar a salvaguarda da sua especificidade, da sua personalidade, hoje em dia e no futuro”.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Delineadas as influências e fases no ensino da Arquivologia, acredita-se que qualquer classificação rígida em torno de um tipo de escola internacional ocasionaria uma perda das características brasileiras. Até porque foi possível, por meio de sua trajetória, perceber que inicialmente no Arquivo Nacional conviveram influências uma ao lado da outra, uma de origem europeia e outra norte-americana. O que fica nítido com esse recontar é que o ensino da Arquivologia estava ancorado no Arquivo Nacional, e que o curso tornou-se realidade por conta das necessidades institucionais, seja de mão-de-obra ou para o cumprimento de sua missão.

Atualmente, o ensino da Arquivologia, encontra-se em um cenário bem diferente do momento de criação do primeiro curso, haja vista o funcionamento de 16 cursos universitários, presentes em todas as cinco regiões do país (S – Sul, SE – Sudeste, N – Norte, NE – Nordeste e CO – Centro-oeste) conforme se pode notar nas imagens:

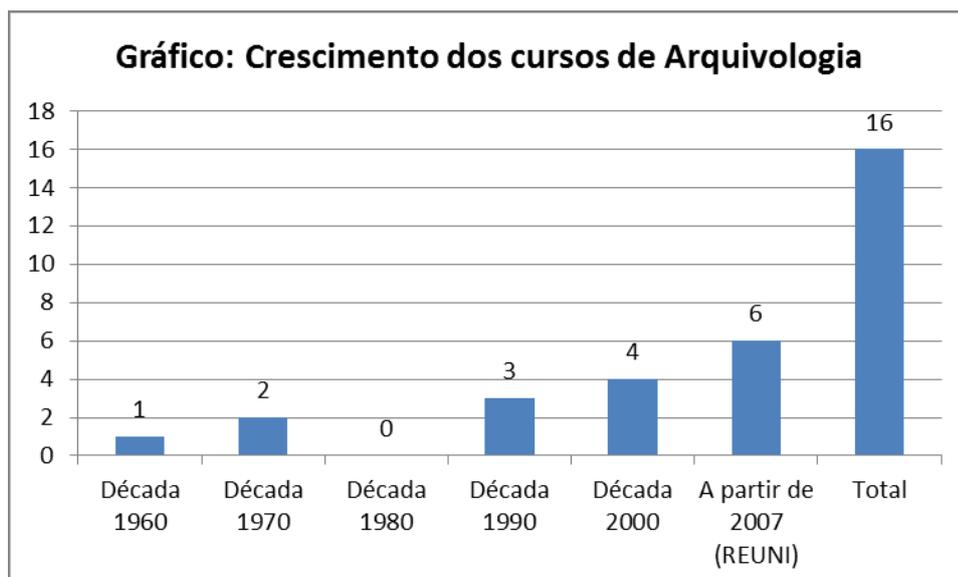


Gráfico 1. **Crescimento dos cursos de Arquivologia.**

Fonte: elaborado pelos autores.

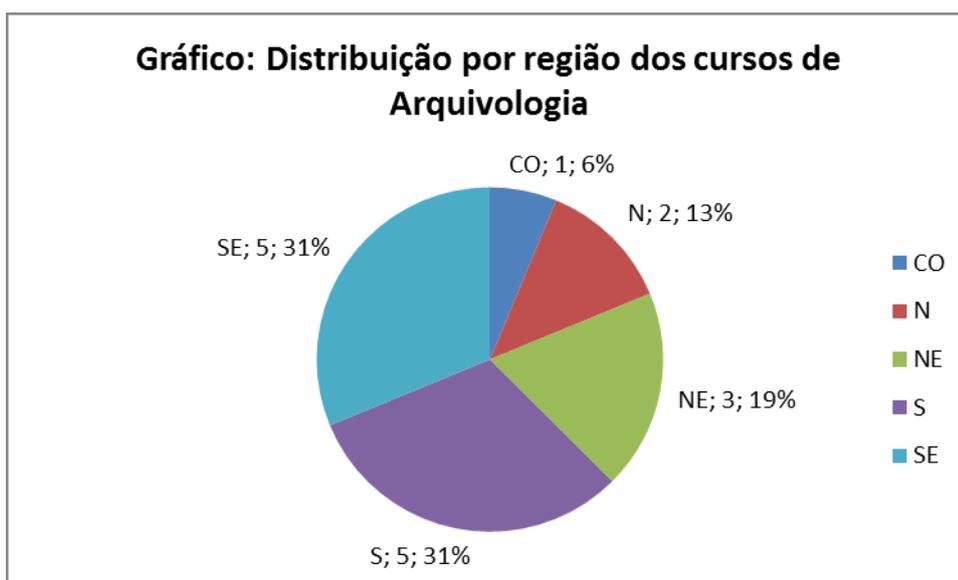


Gráfico 2. **Distribuição por região dos cursos de Arquivologia.**

Fonte: elaborado pelos autores.

Acredita-se que essas diversas configurações acadêmico-institucionais e a distribuição territorial desses cursos no país em instituições de ensino superior constituem elementos que contribuem para o fortalecimento do campo científico e da “cultura de pesquisa” da área, cumprindo dessa maneira o compromisso com a formação por meio dos estabelecimentos de ensino superior – locais que dispõem de experiências, dos instrumentos e da credibilidade social (COUTURE; ROUSSEAU, 1998).

Enfim, ressalta-se, novamente, que a diversidade dos vínculos acadêmico-institucionais, é algo desejável, pois contribui para a formação de profissionais diversificados, dado as diferenças entre as instituições da estrutura curricular, institucional, do corpo docente e dos recursos destinados a pesquisa. Por fim, destaca-se que, assim como as relações institucionais não são neutras ou isentas de poder, a criação, em 2012, do Programa de Pós-graduação e do Mestrado profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, sediados na Escola de Arquivologia, da UNIRIO, também não o é; demonstrando, com isso, a demarcação de um campo específico, como mais um espaço próprio para o desenvolvimento de pesquisas em Arquivologia, para além dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 15 de janeiro de 2012.
- BRASIL. *Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 01 de janeiro de 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. *Parecer CNE/CES n. 492/2001*. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais, Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2012.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. Brasília, DF: Senado federal, 1998.
- BOTTINO, Mariza. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. *Arquivos e administração*, Rio de Janeiro, v.15, n.23, 1994.

BRITTO, Maria Teresa Navarro de. O ensino universitário de Arquivologia no Brasil. In: JARDIM, José Maria (Org.). *A formação do arquivista no Brasil*. Rio de Janeiro: UFF, 1999.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Eves. *Fundamentos da disciplina Arquivística*. Lisboa: publicações Dom Quixote, 1998.

ESTEVÃO, Silvia Ninita de Moura; FONSECA, Vitor Manoel Marques. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, jan./jun.2010.

FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

JARDIM, José Maria. A universidade e o ensino da Arquivologia no Brasil. In: _____. *A formação do arquivista no Brasil*. Rio de Janeiro: UFF, 1999.

LOPES, Luis Carlos. *A nova Arquivística na modernização administrativa*. 2 ed. Brasília: Projecto editorial, 2009

MAIA, Augusto Moreno. *O processo histórico de construção do curso de Arquivologia no Brasil*. Disponível em:
<http://www.docstoc.com/docs/22702195/1-O-PROCESSO-HIST%C3%93RICO-DE-CONSTRU%C3%87%C3%83O-DO-CURSO-DE>. Acesso em: 8 set 2012.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil*. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade, e Ciência da Informação e Documentação, Brasília, 2007.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg (Org.). *A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011. (I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia).

MARIZ, Anna Carla Almeida. Reformas curriculares do curso de Arquivologia da UNIRIO: reflexões e propostas. In: VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO; Adalson. *Universidades e arquivos: gestão, ensino e pesquisa*. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2012.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto. *Panorama histórico da formação arquivística nas Américas*. Disponível em: www.aag.org.br/anaisxvcba.pdf.

Acesso em: 8 set. 2012.

RODRIGUES, Georgete Medleg; MARQUES, Angelica Alves da Cunha. A inserção da Arquivística nos cursos de pós-graduação stricto sensu no Brasil. *RBPG*, v.2, n.3, mar. 2005.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina*. Rio de Janeiro: Teatral, 2010.

SILVA, Eliezer Pires da. A trajetória da Arquivologia: três visões sobre os arquivos. *Revista eletrônica Documento Monumento*, Mato Grosso, v. 5, n. 1, dez. 2011.

SOARES, Iaponan. José Honório Rodrigues e o desenvolvimento da Arquivística brasileira. *Ágora*, Santa Catarina, v. 3, n. 6, 1987.

SOUZA, Renato Tarciso Barbosa. Os desafios da formação do Arquivista no Brasil. *Arquivos e administração*, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, jan./jun. 2009.